

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte Folha de São Paulo

Class.: 114

Data 15 de julho de 1978

Pg.: \_\_\_\_\_

## Perigos da emancipação dos grupos indígenas

RICARDO CARVALHO

Durante sua exposição na mesa redonda sobre o tema "Questão Indígena" o educador e antropólogo Darci Ribeiro fez o que ele mesmo considerou uma "grave denúncia". Afirmou suspeitar de que o Ministério do Interior está muito interessado em promover a emancipação do índio "devido a interesses políticos subalternos do atual ministro Rangel Reis, que estaria ligado a poderosos arrendatários de terras indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul. Ribeiro explicou que com a emancipação decretada os índios já não estarão mais sob a tutela do Estado, como ocorre hoje e em consequência perderão o direito coletivo à posse da terra.

Essa mesa redonda, coordenada pelo antropólogo Carlos Ricardo, da Unicamp, foi das mais concorridas, contou com a presença de 1.500 pessoas e teve como outros expositores o bispo de Goiás Velho, dom Tomas Balduino, as antropólogas Carmem Junqueira, da PUC/SP e Lux Vidal, da USP e Shelton Davis, do Centro de Pesquisas Antropológicas (Estados Unidos).

Ao fazer sua denúncia, Darci Ribeiro, que além de ter sido o primeiro reitor da Universidade de Brasília foi também ministro da Educação e Chefe da Casa Civil do governo João Goulart, conclamou o povo de São Paulo a desvendar o caso, lembrando que no início do século, quando era iminente um massacre indígena, "foi de São Paulo que partiu a reação". Perguntado por jornalistas se tinha alguma evidência do envolvimento de Rangel Reis com os arrendatários, frisou que tem forte suspeita de que o ministro do Interior candidatou-se ao cargo de governador do mais novo Estado brasileiro "apoiado por este grupo". Darci Ribeiro solicitou também à Imprensa que investigue a denúncia.

Segundo Ribeiro, a Funai vem, de seis anos para cá, arrendando grandes extensões de terras da reserva indígena dos Cakdiueu, que se localiza ao sul de Mato Grosso entre a serra da Bodoquena e o Rio Paraguai. Esta reserva foi demarcada em 1904 pelo Marechal Rondon e suas dimensões ultrapassam a área do Estado de São Paulo. Em toda a região vivem cerca de 15 mil índios e de acordo com Ribeiro a primeira tentativa de se retirar estas terras dos índios foi há 20 anos, por iniciativa do governo do Mato Grosso, que ganhou a causa na primeira instância. O próprio Ribeiro, que então trabalhava no Serviço de Proteção ao Índio, recorreu ao Supremo Tribunal Federal que anulou a decisão anterior e as terras "de ótima qualidade" foram devolvidas aos índios.

Afirmando que é preciso devolver ao índio a sua confiança e o autocomando de si mesmos, Ribeiro encerrou sua exposição salientando que ao que se assiste hoje no Brasil "é cumular favores a pessoas num País que mais parece um clube de privilegiados". Ribeiro foi aplaudido, de pé, por mais de três minutos.

### O NOVO ESTATUTO

O presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), dom Tomas Balduino, ateve-se, em sua exposição, na análise do novo Estatuto do Índio que está sendo preparado pelo Governo, no que se refere à emancipação. Segundo dom Balduino, a minuta do decreto estabeleceu que a emancipação poderá ser pedida também pela Funai, que fica assim colocada "com igual poder ao da comunidade indígena para requerer a emancipação desta e com o indispensável aparato burocrático que os índios não têm".

"Qual a responsabilidade da Funai com relação aos índios depois de emancipados?", pergunta dom Balduino,

para responder que "vê-se pela minuta que este órgão que vai se arrogar a iniciativa de propor, encaminhar e executar a emancipação dos índios, já não terá com relação a eles a mesma solicitude uma vez concluída a tarefa. No artigo 17, a minuta diz que 'a Funai, quando se fizer necessário (SIC) prestará assistência aos índios mesmo depois de integrados ou emancipados'. Se as exigências — prossegue — bem precisas da lei 6.001 (Estatuto do Índio) caem no conhecimento vazio, que será então deste vago 'quando se fizer necessário'?"

Para dom Balduino, "o decreto revela mais uma vez o caráter autoritário do governo que centraliza em si não só o Poder, como também o saber; ele pode decidir sozinho não só porque é o único sujeito de autoridade, mas porque é o único conhecedor da realidade das coisas e das pessoas. Qualquer divergência deste saber é tida como contestação suspeita e perigosa merecendo adequada repressão".

"O documento revela ainda — segundo dom Balduino — a mentalidade desenvolvimentista que, como ídolo, tomou conta do Sistema. O índio precisa ser emancipado para não impedir o desenvolvimento. Impõe-se, portanto, a "emancipação" de suas terras para que dêem lugar às grandes empresas agropecuárias, sobretudo às grandes. Dêem lugar às grandes hidroelétricas, sobretudo às grandes."

Dom Balduino entende ainda que este decreto tem "relação direta" com a problemática da Segurança Nacional:

"Com efeito, o índio é encarado por vários elementos da cúpula deste governo não mais como o bom selvagem de vida pura e maravilhosa como ainda o consideram alguns sertanistas herdeiros da filosofia de Rondon. O índio é visto como um ser político. Sua força está na sua organização tribal alimentada pela recuperação de sua identidade étnica e aumentada pela sua evidente capacidade de articulação em vista de alguma federação de âmbito nacional ou continental."

"Ele representa um perigo e uma ameaça ao nosso modelo pelo fato dele ser uma alternativa. Apesar de sua fraqueza constitui um perigo. Por isso tem que ser destruído e desarticulado. Emancipado ele cairá na legislação comum, sobretudo na legislação penal que se tem mostrado bem eficaz, mormente em se tratando de marginalizados. O decreto em preparação aparentemente pode se apresentar como zeloso serviço ao índio, regulamentando o estatuto da emancipação. Na realidade é uma cruel aplicação a ele das exigências do nosso modelo de desenvolvimento com segurança".

Reunidos em 19 de abril nas ruínas de São Miguel, índios de oito tribos lançaram um manifesto, afirmando:

"Acaso estamos pedindo "integração" e "emancipação" na sociedade dos brancos? Não. Nós queremos apenas reconhecimento e respeito à nossa integridade física". E esta é a posição dos grupos indígenas brasileiros frente a Emancipação, segundo dom Balduino, que, ao final, leu um poema de dom Pedro Casaldàglia, pedindo a todos que orassem pelos índios.

O norte-americano Shelton Davis, que afirmou estar estudando "as consequências do golpe de 64 com sua política desenvolvimentista e seus efeitos sobre as classes oprimidas", frisou que existem três grandes ameaças aos indígenas brasileiros:

"A construção de novas rodovias no extremo-norte do País, a invasão de companhias de colonização no Parque Arapoana, em Rondônia e, no Pará, a hidroelétrica Tucuruí ameaça os Paracanas".